

Após a aprovação do Grupo de Trabalho constituído na Assembleia da República para apreciar os processos de desagregação de freguesias, entre as quais a União de Freguesias da Lousã e Vilarinho, e da votação do decreto da assembleia da República nº 37, – subscrito por PSD, PS, BE, PCP, Livre e PAN, que teve votos contra da IL e a abstenção do Chega – fomos confrontados com o veto do Sr. Presidente da República e a devolução do decreto ao Parlamento.

Esta decisão não altera a posição do Grupo Municipal do PS/Lousã, que sempre se manifestou contra a agregação, votou contra a agregação e apoiou e a sua reversão.

Saudamos desde já as posições públicas tomadas pelo Partido Socialista com o compromisso de reafirmação de votação favorável do decreto, com agendamento em tempo útil e da Câmara Municipal da Lousã manifestando o reforço da sua posição.

Mas porque o que está em causa é:

o dever de respeito para com a nossa população, pela expectativa criada depois do trabalho e empenho coletivo em ter as suas freguesias de volta;

o sentimento de “frustração” nos autarcas e populações causado pelo veto do Presidente da República;

a desconsideração pelo esforço sério feito por autarcas e deputados que nos representam na apresentação e análise dos processos;

e

Associando a Assembleia Municipal da Lousã à voz de Albino Almeida, presidente da ANAM, que refere “esperar que nas assembleias municipais ordinárias, que se realizam no final de fevereiro e em março, quer as populações, no período antes da ordem do dia destinado ao público, quer os presidentes de junta, “venham a manifestar as suas posições e a fazê-las no sentido de serem transmitidas à presidência da República”.

Associando a Assembleia Municipal da Lousã às palavras de Jorge Veloso, Presidente da ANAFRE, que apela “aos partidos que aprovaram no parlamento a lei de desagregação de 302 freguesias, vetada pelo Presidente da República, que se pronunciem publicamente sobre este veto, assegurando que a desagregação seja novamente aprovada.”

Mas acima de tudo, associando a Assembleia Municipal da Lousã à voz dos seus eleitos e populações, termino dizendo que a minha intervenção tem como objetivo reforçar a

nossa posição de apoio à desagregação da União de Freguesias da Lousã e Vilarinho, levando a vontade da população junto do Sr. Presidente da República e grupos parlamentares da Assembleia da República, para agendamento urgente e reconfirmação da lei e por fim que se mantenha, no dia 5 de março, o sentido expresso de reconfirmação do diploma em sede da AR.